Domingos Leite Pereira—Antônio Joaquim Granjo—Amilear da Silva Ramada Curto—Antônio Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—João Lopes Soares—Leonardo José Coimbra—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luís de Brito Guimarães.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 5764

Sendo necessário ocorrer ao pagamento da melhoria das pensões de reforma dos oficiais das diversas classes da armada, nos termos determinados no artigo 69.º do decreto com força de lei n.º 5771, de 10 do corrente, e não havendo disponibilidades no actual orçamento ordinário do Ministério da Marinha de onde se possa, para manter o equilíbrio orçamental, anular ou transferir a quantia necessária para reforçar a dotação do artigo 23.º do mesmo orçamento, por onde terá de ser paga a citada melhoria:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças a favor do Ministério da Marinha um crédito extraordinário de 30.000\$ para satisfazer na actual gerência a melhoria de pensões de reforma dos oficiais das diversas classes da armada.

Art. 2.º A referida importância reforçará a dotação do capítulo 3.º, artigo 23.º, do orçamento em vigor do Ministério da Marinha.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Domingos Leite Pereira—Antônio Joaquim Granjo—Amilear da Silva Ramada Curto—Antônio Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—João Lopes Soares—Leonardo José Coimbra—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luís de Brito Guimarães.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 5765

Considerando que o actual conflito internacional veio modificar a economia de todos os países, e, com aumento dos salários, trouxe o encarecimento extraordinário da vida, encarecimento que a poucos dias da assinatura da paz promete manter-se;

Considerando que a economia do funcionalismo do Estado é uma das que mais tem sofrido, sendo a que foi mais atingida por esse encarecimento;

Considerando que urge modificar a situação em que se encontram os servidores do Estado, e para alguns, em dadas circunstâncias, ameaça tornar-se angustiosa;

Considerando que nas condições do Tesouro Público se deve procurar, quanto possível, que de qualquer benefício de vencimento não resulte agravamento sensível das despesas públicas;

Considerando que pelo que se refere aos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros esse desideratum se pode conseguir não só sem aumento dessas despesas, mas ainda sem gravame para o contribuinte; porquanto

Considerando que a sobretaxa de 50 por cento sobre os emolumentos consulares, criada pelo decreto com força de lei de 27 de Abril de 1918, para satisfazer os subsídios de guerra aos representantes de Portugal no estrangeiro, e que deve, segundo o mesmo decreto, cessar seis meses depois da assinatura da paz, não é exagerada e é em grande parte paga por estrangeiros, podendo sem inconveniente continuar a ser cobrada;

Considerando que esse agravamento das taxas consulares, nenhum protesto ou reparo tem levantado;

Considerando que o artigo 6.º do decreto com força de lei, de 27 de Maio de 1911, determina que o acréscimo resultante da sua aplicação calculado sobre a média das receitas dos três anos anteriores constituía receita privativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para melhorar os seus serviços e ocorrer às suas despesas;

Considerando que a parte desse acréscimo, que ainda não tem aplicação, junta à sobretaxa acima referida e ao acréscimo proveniente do decreto com força de lei desta data, melhorando a cobrança dos emolumentos da inscrição consular, representa quantia suficiente para ocorrer às despesas com uma remodelação de vencimentos dos funcionários do mesmo Ministério que se compadeça com a actual carestia da vida;

Ouvindo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Governo da República decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado um cofre geral de emolumentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros semelhante ao que existe no Ministério das Finanças.

Art. 2.º Constituem receitas deste cofre, que serão escrituradas e arrecadadas pelo Estado, a sobretaxa de 50 por cento sobre os emolumentos consulares da tabela vigente, os acréscimos a que se referem o artigo 6.º do decreto com força de lei de 27 de Maio de 1911, deduzidos os seus encargos actuais, e o decreto com força de lei de 10 de Maio corrente e metade das receitas resultantes da aplicação das leis que venham a ser promulgadas para melhorar a cobrança de emolumentos consulares.

Art. 3.º Pela presente lei os vencimentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ficam assim constituídos:

1.º Pelos ordenados fixos:

Directores gerais e chefes de missão de 1.ª classe	1.500\$00
Chefes de repartição e chefes de missão de 2.ª classe	1.008\$00
Primeiros secretários, primeiros oficiais, cônsules de 1.ª classe	804\$00
Chefes de secção, primeiros oficiais, cônsules de 1.ª classe, primeiros secretários	864\$00
Segundos oficiais, cônsules de 2.ª classe e segundos secretários	600\$00
Terceiros oficiais, cônsules de 3.ª classe, terceiros secretários e vice-cônsules auxiliares de carreira	420\$00
Chefe do pessoal menor	450\$00
Contínuos e correios	300\$00
Serventes	240\$00
Chauffeurs	384\$00

2.º Pelo emolumento pessoal mínimo de 120 por cento sobre estes ordenados.

§ único. O ordenado designado na lei orgânica e suas modificações deve considerar-se como constituído pelo ordenado fixo estabelecido pela presente lei, acrescido do

emolumento de 120 por cento, sem prejuizo do que neste diploma se estabelece relativamente à aposentação.

Art. 4.º A contar da data da entrada em execução da presente lei cessam as deduções feitas nas verbas para despesas de residência e representação a que se refere o artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 4:161, de 27 de Abril de 1918.

Art. 5.º Pelo cofre a que se refere o artigo 1.º da presente lei serão pagos os 120 por cento estabelecidos no n.º 2.º do artigo 3.º da lei presente, o desconto de 5 por cento que sobre os mesmos incide para a caixa de aposentações e a dos descontos para pagamento do imposto de rendimento a que estão sujeitos os ordenados fixos.

§ único. Os vencimentos fixados na presente lei ficam isentos, portanto, de qualquer desconto, quer a título de vencimento fixo, quer a título de emolumentos.

Art. 6.º Pela caixa dos emolumentos serão pagas as gratificações aos empregados do pessoal menor encarregados por turnos do serviço nocturno, calculadas a 30 por cento sobre os ordenados fixos de todo o pessoal menor e cuja importância será dividida sob proposta do Director Geral do Gabinete pelo pessoal desse quadro que efectivamente fizer aquele serviço e na proporção deste.

Art. 7.º O saldo entre as receitas e as despesas do cofre será dividido por todos os funcionários que dele participem, na proporção dos seus vencimentos, pela forma seguinte:

a) Até 150 por cento dos vencimentos fixos é garantida aos empregados a recepção total dos emolumentos;

b) O excedente de 150 a 180 por cento será partilhado na proporção de 30 por cento para o Estado e 70 por cento para os funcionários;

c) A diferença entre 180 a 210 por cento será dividida em partes iguais pelo Estado e pelos empregados;

d) Todo o excedente a 210 por cento será repartido na proporção de 70 por cento para o Estado e 30 por cento para os funcionários.

§ 1.º Fica, porém, expressamente declarado que a importância abonada a cada empregado pelo respectivo cofre, sobre qualquer pretexto, somada ao seu vencimento fixo, nunca poderá ir além do limite marcado no artigo 38.º da 3.ª carta de lei, de 9 de Setembro de 1908, modificado pelo artigo 13.º do presente diploma.

Art. 8.º Pela 7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública serão ordenadas de conta da verba inscrita no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para despesas do Cofre de Emolumentos, e em face das respectivas fôlhas, as quantias necessárias para ocorrer à satisfação dos encargos estabelecidos no artigo 2.º e ao pagamento de 120 por cento sobre os vencimentos fixos a todos os funcionários, e ainda a de quaisquer outras percentagens sobre os mesmos ordenados fixos, que o Conselho Administrativo do Cofre verifique poder distribuir em vista das disponibilidades do mesmo Cofre.

Art. 9.º As contas do Cofre de Emolumentos com o Estado serão anualmente liquidadas em relação ao dia 30 de Junho, distribuindo-se o saldo disponível pela forma estabelecida no artigo 7.º

§ 1.º A parte dos quinhões de emolumentos que por quaisquer razões não possa ser recebida pelos empregados reverterá a favor do respectivo Cofre.

§ 2.º A importância do saldo existente na conta do Cofre de Emolumentos que não possa ser distribuída dentro do respectivo ano económico será adicionada à correspondente verba do ano económico seguinte, para o que se abrirá o devido crédito especial.

Art. 10.º O Conselho Administrativo do Cofre Geral dos Emolumentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros será composto pelos directores gerais do Gabinete do Ministro, dos Negócios Comerciais e Consulares, dos Ne-

gócios Políticos e Diplomáticos e do director de serviço da 7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, servindo de secretário um funcionário da mesma Repartição de Contabilidade

Art. 11.º Quando de futuro, porventura, haja aumento no quadro do pessoal das Direcções Gerais que por esta lei têm participação no Cofre Geral dos Emolumentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de que resulta aumento na totalidade dos ordenados fixos que serve de base à partilha dos emolumentos, continuará esta partilha a ser feita em relação à totalidade dos ordenados fixos actuais, ficando a cargo do Estado o pagamento da verba correspondente à percentagem dos emolumentos, no que respeita ao aumento da verba orçamental.

Art. 12.º A cota para o Montepio Oficial, para todos os funcionários que participam do Cofre Geral dos Emolumentos, será fixada de harmonia com o artigo 19.º da lei n.º 403, de 31 de Agosto de 1915, sobre o ordenado fixo e os emolumentos correspondentes ao mínimo de 120 por cento sobre aquele ordenado.

Art. 13.º São elevados a 3.600\$ e 2.400\$, respectivamente, os limites de 3.000\$ e 2.000\$ fixados no artigo 38.º da terceira carta de lei de 9 de Setembro de 1908, ficando no entanto entendido que este último limite só será aplicado nas aposentações que forem decretadas posteriormente à promulgação da presente lei.

Art. 4.º As disposições da presente lei só serão applicáveis ao pessoal do corpo diplomático e consular depois de cessarem as subvenções que percebem em virtude do determinado no decreto n.º 4:161, de 27 de Abril de 1918.

Art. 15.º Não mantidas as gratificações ao ajudante do chefe do pessoal menor e ao contínuo do Gabinete do Ministro e bem assim as melhorias por diuturnidade aos serventes, fixadas nos artigos 2.º e 3.º do decreto com força de lei n.º 4:207, de 17 de Abril de 1917.

§ único. Sobre estas gratificações e melhorias não recebem emolumentos.

Art. 16.º Para os efeitos de preferência em igualdade de condições para promoção, de contagem de tempo de serviço de categoria para aposentação será contado o tempo que cada funcionário tiver exercido interinamente as funções dessa categoria.

Art. 17.º Todo o funcionário que se aposentar terá direito a uma pensão equivalente ao ordenado fixo e 4,5 dos emolumentos pessoais.

Art. 18.º A presente lei entrará em vigor em 1 de Julho próximo. Para ocorrer às despesas daqui resultantes será transferida para os cofres centrais da Fazenda Pública a quantia que, em cumprimento do artigo 6.º do citado decreto com força de lei de 27 de Maio de 1911, se acha depositada na Caixa Geral dos Depósitos.

Art. 19.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—
JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vítor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.

Decreto n.º 5:766

Sendo conveniente corrigir o péssimo hábito que tem o emigrante português de desatender as recomendações da lei e só ir inscrever-se nos Consulados dos pontos